



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

Comissão Supervisora do Termo de Parceria 51/2021

Nota Técnica nº 3/IEF/COMISSÃO TP 51/2021/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0011638/2019-72

ASSUNTO: HISTÓRICO DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA Nº 51/2021, CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS E O INSTITUTO EKOS BRASIL E ATUALIZAÇÃO DO STATUS DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS.

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a Fundação Renova, em 15 de janeiro de 2021, celebraram Acordo de Cooperação, objetivando o repasse de recursos, pela Fundação Renova ao IEF, para a execução das ações de consolidação do Parque Estadual do Rio Doce. O Acordo objetivou o cumprimento da Deliberação CIF nº 417 e de parte da cláusula 182 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC).

Nesse âmbito, para a execução da primeira etapa do Acordo e Plano de Trabalho homologados, o Instituto Estadual de Florestas optou pela celebração de termo de parceria, instrumento por meio do qual o Estado realiza parcerias com entidades qualificadas como Oscips estaduais para execução de atividades finalísticas, não exclusivas de Estado, relativas às áreas de atuação descritas no art. 5º da Lei Estadual nº 23.081/2018, dentre as quais destaca-se a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. O termo é celebrado conforme o interesse da Administração Pública, atendendo a um planejamento previamente acordado entre as partes e sujeita à avaliação de resultados, também acordada.

A partir disso, a presente Nota Técnica tem por objetivo apresentar o histórico do processo de celebração e execução do Termo de Parceria (TP) nº 51/2021, entre o Instituto Estadual de Floresta e o Instituto Ekos Brasil (EKOS), entidade vencedora do processo de chamamento público realizado, para a execução da primeira fase de consolidação do Parque Estadual do Rio Doce.

Nesse sentido, expõe os motivos que ensejaram assinatura de Termo de Ajustamento Simples (TAS) e termo aditivo, após a celebração do Termo de Parceria, com alterações no cronograma de entrega de alguns produtos e indicadores previstos no TP. Destaca-se que a alteração do cronograma não suscitou necessidade de modificações do repasse de valores trimestrais à entidade executora, pactuado no Termo de Parceria, ou em seu período de vigência.

Ademais, a nota técnica apresenta breve descrição do processo de avaliação do Termo de Parceria, conforme previsto na legislação, consolida síntese da execução físico-financeira e das avaliações dos resultados alcançados nos 1º e 2º períodos avaliatórios, realizados pela Comissão Supervisora do instrumento.

Por fim, apresenta a atualização do cronograma de desembolsos de recursos para a execução do Termo de Parceria (TP), em relação à previsão inicialmente feita pelo IEF para o lançamento do edital de chamamento público, a qual havia sido disponibilizada ao juízo para primeiro peticionamento de recursos.

2. HISTÓRICO

2.1 Celebração do Termo de Parceria

O Termo de Parceria nº 51 foi publicado em 22 de dezembro de 2021 (39954835), com o objetivo de "apoio às ações de consolidação da Unidade de Conservação do Parque Estadual do Rio Doce", com vigência de 48 (quarenta e oito) meses. O instrumento, em seu Anexo II, item 7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS, previa o início da execução e, conseqüentemente, primeiro repasse de recursos em seu primeiro mês de vigência, conquanto, janeiro de 2022.

2.2 Primeiro repasse de recursos pelo juízo

Uma vez que os recursos a serem executados pelo TP 51/21 advém do Acordo de Cooperação celebrado entre Fundação Renova e IEF, visando a consolidação do PERD, o qual foi homologado junto à 12ª Vara de Justiça Federal, o fluxo estabelecido prevê que as parcelas devidas sejam depositadas em Juízo pela Fundação Renova, para serem posteriormente peticionados pelo Estado de Minas Gerais, visando sua execução.

Nesse sentido, durante o processo de chamamento público para seleção da OSCIP parceira, regido pelo Edital IEF nº 01/2021, o Estado de Minas Gerais, em outubro de 2021, por Intermédio da Petição ID 504345930, requereu, junto à 12ª Vara da Justiça Federal, a transferência dos recursos equivalentes à execução dos três primeiros trimestres do Termo de Parceria.

Em 18 de outubro de 2021, mediante Decisão ID 835106086, o pedido em epígrafe foi deferido pela 12ª Vara da Justiça Federal. O juízo autorizou a transferência de recursos para conta do Estado dos valores equivalentes a cinco trimestres de execução do Termo de Parceria no valor total de R\$ 6.233.317,15 (seis milhões duzentos e trinta e três mil trezentos e dezessete reais e quinze centavos).

Verificado o não ingresso de recursos autorizados no tesouro estadual, em 25 de janeiro de 2022, mediante Petição 899634580, o Estado de Minas Gerais reiterou sua petição de ID 899634567, requerendo que fosse oficiada a Caixa Econômica Federal, para cumprimento da transferência autorizada. Ressalta-se que a mesma solicitação foi novamente reiterada pelo Estado de Minas Gerais, em 03 de fevereiro de 2022, mediante Petição ID 913202687.

Finalmente, em 22 de fevereiro de 2022 foi exarada Decisão, pela 12ª Vara de Justiça Federal, deferindo o peticionamento do Estado de Minas Gerais e determinando que a Caixa Econômica Federal fosse oficiada para viabilizar a transferência de recursos para execução do Termo de Parceria.

Diante disso, e considerando-se os trâmites financeiros e administrativos necessários, em 08 março de 2022, o recurso restava disponível na conta específica do Estado de Minas Gerais para início da execução do Termo de Parceria. Ressalta-se que os repasses, conforme previsto em legislação, são realizados trimestralmente e em adiantamento à execução do Termo de Parceria.

2.3 Necessidade de aprovação do Regulamento de Compras de Bens, Contratações de Serviços e Contratação de Pessoas do Instituto Ekos Brasil

Uma das condições para o início da execução do Termo de Parceria, além do repasse de recursos, é a aprovação de regulamento da OSCIP que discipline os procedimentos de contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Neste sentido, o art. 22, §6º da Lei nº 23.081/2018 dispõe:

“Art. 22, § 6º – O OEP e a Seplag aprovarão, anteriormente à liberação da primeira parcela de recursos do termo de parceria, documentos normativos elaborados pela Oscip que disciplinem os procedimentos a serem adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras e alienações, para a concessão de diárias e para o reembolso de despesas, nos termos de regulamento.”

Também o Decreto Estadual 47.554/2018 estabelece que:

"Art. 36 – Concomitantemente à celebração do termo de parceria, a Oscip deverá encaminhar ao OEP regulamentos próprios que disciplinem os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, para a aprovação prevista no § 6º do art. 22 da Lei nº 23.081, de 2018.

Visando atender a legislação, foram iniciadas, no final de 2021, as tratativas para elaboração de aprovação do Regulamento de Compras de Bens, Contratações de Serviços e Contratação de Pessoas do Instituto Ekos Brasil, o qual foi considerado adequado e aprovado em 25 de fevereiro de 2022.

Assim, a partir de **25 de fevereiro de 2022**, o Instituto Ekos estava apto, conforme este critério, a receber a primeira parcela do Termo de Parceria e pôde iniciar os processos de contratação de equipe e de outros serviços previstos no Termo de Parceria.

2.4 Necessidade de abertura de CNPJ da filial da Ekos em Minas Gerais

A Lei Estadual nº 23.081/2018 estabelece, em seu art. 23, que o termo de parceria deve ser celebrado unicamente com a matriz da entidade qualificada como Oscip, porém, permite a execução do instrumento por matriz ou filial, desde que sediada no Estado, *in verbis*:

Art. 23 – O termo de parceria será celebrado unicamente com a matriz da entidade qualificada como Oscip, ainda que esta possua filial.

Parágrafo único – A execução do termo de parceria será realizada por matriz ou filial sediada no Estado.

Assim, atendendo o Art. 23 da Lei Estadual nº 23.081/2018, em dezembro de 2021, o Termo de Parceria foi celebrado entre o IEF e o Instituto Ekos Brasil, mediante sua matriz sediada em São Paulo, sob o CNPJ nº 04.954.252/0001-00.

Não obstante, para sua execução e em atendimento à legislação, foi necessária a abertura de uma filial do Instituto Ekos em Minas Gerais, bem como sua incorporação no texto do Termo de Parceria celebrado, para viabilizar os procedimentos administrativos necessários.

Nesse sentido, considerando que a abertura da filial importaria custos ao Instituto Ekos, em março de 2021, após a sinalização do repasse de recursos da conta judicial para a conta do Estado de Minas Gerais, deu-se início ao processo de abertura da filial. Em função de prazos cartoriais e da necessidade de adequações à documentação protocolada, o processo de criação da filial foi finalizado em **26 de abril de 2022**, quando o Instituto Ekos encaminhou ao IEF o Certificado de CNPJ de sua filial sediada em Minas Gerais.

A partir disso, foi necessária a celebração de aditamento ao Termo de Parceria, para que o CNPJ da filial correspondente fossem incorporados ao instrumento, possibilitando o empenho e repasse de recursos em nome da filial.

2.5 Elaboração do Termos de Ajustamento Simples (TAS)

Tendo em vista que o início das atividades do Termo de Parceria assinado tinha o início previsto para janeiro de 2022, mas o recurso para sua execução restou disponível em março de 2022, e tendo em vista que o processo de criação da filial seria finalizado em abril de 2022, foi necessário alterar o cronograma de atividades, prevendo o início das ações em abril de 2022. Assim, em **31 de março de 2022**, foi firmado o Termo de Alteração Simples (TAS) nº 01 (44401945), o qual alterou os seguintes itens do Programa de Trabalho do Anexo II do Termo de Parceria:

a) Item 2. Quadro de Indicadores;

- Redistribuiu e remanejou os indicadores pelos Períodos Avaliatórios (PA) de modo que o 1º PA (01/01/22 a 31/03/22) e o 2º PA (01/04/22 a 30/06/22) não tivessem nenhum Indicador a serem avaliados. O primeiro indicador a ser avaliado foi previsto no 3ºPA (01/07/22 a 30/09/22).

b) Item 4. Quadro de produtos

- Modificou o início dos produtos de 01/01/2022 para 01/04/2022;
- Antecipou o término da vigência do Termo de Parceria de 31/12/2025 para 20/12/2025;
- Postergou a execução de cada um dos produtos para o período avaliatório seguinte, de forma que o 1º PA (01/01/22 a 31/03/22) ficou sem nenhum produto a ser avaliado, sendo o primeiro produto “2.1 Elaborar Plano de Trabalho Geral” avaliado no 2º PA (01/04/22 a 30/06/22).

Sendo assim, percebe-se que as alterações feitas por meio do TAS, as quais podem ser observadas no ANEXO I – PROGRAMA DE TRABALHO do documento, não interferem no tempo de vigência do Termo de Parceria ou na quantidade de produtos a serem entregues. Sendo que apenas comprimiu-se as entregas de indicadores e produtos, considerando o atraso para início efetivo da execução do Termo de Parceria.

2.6 Aditamento do Termo de Parceria

O 1º aditamento ao Termo de Parceria foi firmado em 12 de maio de 2022 (Processo nº 2100.01.0071104/2021-28 (46771564), tendo sido, no escopo do processo, devidamente avaliado em Nota Jurídica AGE nº 5.923/2021.

O aditivo foi celebrado tendo em vista dois objetivos, os quais estão explicitados a seguir:

(a) inclusão de filial do Instituto Ekos Brasil no Estado de Minas Gerais como unidade executora ao Termo de Parceria nº 51/2021, conforme exposto no item 2.4.

(b) alteração do item 6.2 - Quadro de Pesos para Avaliação do PROGRAMA DE TRABALHO, Anexo II do Termo de Parceria

Com relação ao item (b), resta esclarecer que as avaliações regulares, promovidas pela Comissão de Avaliação, baseiam-se nos pesos atribuídos no item "6.2 - Quadro de Pesos para Avaliação" do Termo de Parceria, os quais dependem de sua quantidade e relevância dentro de cada período avaliatório. Assim, considerando que o Termo de Alteração Simples modificou os prazos para entregas e produtos e indicadores, fez-se necessária a revisão do quadro do item

6.2 do anexo II do Termo de Parceria, redistribuindo os pesos atribuídos aos produtos e indicadores dentro de cada período avaliatório, ao longo da vigência do termo, visando a equalização dos percentuais atribuídos aos mesmos, de forma a garantir proporcionalidade e coerência no processo de avaliação.

3. Acompanhamento e avaliação da execução do Termo de Parceria

O acompanhamento e avaliação da execução do Termo de Parceria descrito na “8.CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO”, do termo, é formalizada ao final de cada Período Avaliatório, que dura três meses, mediante a elaboração do Relatório de Monitoramento pela Comissão Supervisora do termo, com base no Relatório de Resultados e Relatório Financeiro encaminhada pela OSCIP, num prazo de 10 dias após o término de cada PA, conforme dispõe:

8.5. Para subsidiar as atividades realizadas pela comissão supervisora, a Oscip deverá apresentar relatório de resultados em até 10 (dez) dias úteis após o final de cada período avaliatório, conforme modelo disponibilizado pela Seplag.

Assim, o Relatório de Monitoramento subsidia os trabalhos da comissão de Avaliação, a qual se reúne após o final de cada PA, para realizar a avaliação das entregas do Termo, conforme parâmetros definidos no ANEXO III DO TERMO DE PARCERIA – DA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO, gerando o Relatório de Avaliação.

A avaliação baseia-se fundamentalmente no acompanhamento da entrega de produtos e indicadores previstos, sendo que o Relatório de Avaliação de cada PA é disponibilizado no site do Termo de Parceria (<http://www.ief.mg.gov.br/transparencia/termosdeparceria>).

Referente ao 1º PA (01/01/22 a 31/03/22), ressalta-se que não houve pontuação uma vez que, conforme alteração realizada pelo 1º Termo de Alteração Simples, não haviam produtos ou indicadores previstos para o período.

Para o 2º PA (01/04/22 a 30/06/22) estava previsto um único produto, o Plano de Trabalho Geral, que estrutura todas as demais ações, o qual foi devidamente apresentado pela OSCIP e aprovado pelo IEF em junho de 2022. Sendo assim, na apuração feita pela Comissão, foi alcançada nota 10, com conceito excelente para o referido trimestre.

Ainda no 2º PA, foi realizada a contratação da equipe técnica do Instituto Ekos que atuará no Termo de Parceria e foram iniciados os processos de contratação da equipe que ficará lotada no Parque Estadual do Rio Doce, o que possibilitará o começo das ações de Fortalecimento de Pesquisa e Regularização Fundiária, no próximo trimestre. Além disso, foi elaborado o edital para contratação de empresa que apoiará a revisão do Plano de Manejo, etapa prevista para se iniciar também no próximo Período Avaliatório. Por fim, estão em andamento as aquisições e contratações previstas como responsabilidade da OSCIP, detalhados nos Relatórios de Monitoramento e Relatórios de Avaliação.

4. Atualização do cronograma de repasses de recursos pela 12ª Vara Federal ao Instituto Estadual de Florestas

No âmbito do cronograma de repasse trimestrais de recursos à OSCIP, é importante registrar que houve uma alteração com relação à previsão inicialmente realizada pelo IEF, quando do lançamento do Edital de Seleção Pública IEF 01/2021 e disponibilizada ao juízo por meio da Petição ID 504345930. A alteração foi motivada pelo refinamento e pactuação da memória de cálculo, junto à OSCIP vencedora do certame, para a celebração do termo, sem que fosse alterado o valor global previsto no edital de seleção. Ressalta-se que esta etapa é prevista no fluxo de celebração de termos de parceria, conforme Decreto Estadual nº 47.554, e necessária para a sua celebração entre a entidade gestora e OSCIP vencedora do chamamento público:

Art. 31 – A memória de cálculo, a ser elaborada conforme modelo disponibilizado pela Seplag, constitui referencial para a destinação dos recursos do termo de parceria e não vincula os gastos da Oscip ao longo da execução, sendo utilizada pelo OEP para acompanhar a adequação dos gastos, podendo ser solicitada à Oscip justificativa para os gastos em desacordo com o planejado.

§ 1º – A Oscip poderá realizar o remanejamento de valores entre as subcategorias e categorias previstas na memória de cálculo durante a execução do termo de parceria, exceto para os gastos de pessoal.

§ 2º – A Oscip somente poderá efetuar quaisquer alterações dentre os gastos de pessoal caso o valor global planejado para esta categoria não sofra acréscimo, devendo encaminhar ao OEP as demonstrações necessárias.

Sendo assim, a previsão de repasses para a OSCIP deverá observar o item 07 - Cronograma de desembolsos, constante do ANEXO II – PROGRAMA DE TRABALHO do Termo de Parceria Nº 51/21, consolidado na tabela 1, apresentada a seguir:

Tabela 1 - Cronograma de desembolso de recursos celebrado no Termo de Parceria IEF nº 51/2021

PARCELAS	VALOR (R\$)	MÊS
1ª Parcela	1.249.418,39	01/2022
2ª Parcela	1.223.042,43	04/2022
3ª Parcela	1.109.026,96	07/2022
4ª Parcela	1.126.377,02	10/2022
5ª Parcela	1.443.907,14	01/2023
6ª Parcela	2.074.905,27	04/2023
7ª Parcela	1.122.380,01	07/2023
8ª Parcela	1.862.237,97	10/2023
9ª Parcela	1.380.993,03	01/2024
10ª Parcela	2.292.172,58	04/2024
11ª Parcela	1.427.513,59	07/2024
12ª Parcela	1.048.242,66	10/2024

13ª Parcela	994.833,21	01/2025
14ª Parcela	986.556,37	04/2025
15ª Parcela	986.323,72	07/2025
16ª Parcela	672.069,64	10/2025

Importante observar que a condição, prevista na legislação, para o primeiro repasse à OSCIP parceira é a celebração do TP e, para os demais repasses, é a realização da reunião da comissão de avaliação, referente ao período avaliatório anterior, e a liberação da parcela pelo supervisor do Termo de Parceria. Cabe ressaltar que os repasses são realizados em conta específica do termo, com acompanhamento periódico do IEF. Acrescenta-se, ainda, que os recursos recebidos serão investidos e que seus rendimentos serão revertidos para o próprio termo.

Ressalta-se que, até o presente momento, não foi verificada a necessidade de alteração dos repasses trimestrais pactuados no ANEXO II DO TERMO DE PARCERIA – PROGRAMA DE TRABALHO, celebrado em dezembro de 2021, tendo em vista que foram realizadas pequenas alterações no prazo das entregas, sem alterações no escopo dos produtos, conforme demonstrado na presente NT.

Nesse sentido, considerando que os recursos a serem repassados para a OSCIP, advêm dos valores previstos no Acordo Judicial firmado, entre IEF e Fundação Renova, para a consolidação do Parque Estadual do Rio Doce - PERD, recomenda-se nas tratativas junto à 12ª Vara de Justiça, que seja atualizado a previsão dos repasses financeiros a serem realizados, de forma a garantir a execução do Termo de Parceria. A tabela a seguir recomenda a sequência de repasses que devem ser peticionados ao juízo semestralmente, conforme previsão constante no Termo de Parceria nº 51/2021:

Tabela 2 - Cronograma de peticionamento de recursos pelo Estado de Minas Gerais à 12ª Vara Federal

Repasse ao Estado de Minas Gerais - 1ª fase de consolidação*	Nº de meses cobertos - Programa de trabalho (Oscip)	Valor (R\$) - Programa de trabalho (Oscip)	Valor (R\$) da aquisição de áreas para ampliação do PERD	Valor total (R\$) dos repasses - 1ª fase de consolidação	Status do repasse da conta judicial ao tesouro estadual
1º repasse	9 meses	3.829.076,60	-	3.829.076,60	Realizado
2º repasse	6 meses	2.404.240,55	-	2.404.240,55	Realizado
3º repasse	6 meses	3.115.740,08	-	3.115.740,08	Previsão Jan/23
4º repasse	6 meses	3.243.231,00	-	3.243.231,00	Previsão Jun/23
5º repasse	6 meses	3.719.686,17	4.500.000,00	8.219.686,17	Previsão Jan/24
6º repasse	6 meses	2.043.075,87	-	2.043.075,87	Previsão Jun/24
7º repasse	6 meses	1.972.880,09	-	1.972.880,09	Previsão Jan/25
8º repasse	3 meses	672.069,64	-	672.069,64	Previsão Jun/25
Total	48 meses	21.000.000,00	4.500.000,00	25.500.000,00	-

*Nota: O primeiro e o segundo repasses foram realizados conforme estimativa realizada pelo IEF para o lançamento do edital de seleção nº 01/2021 e informada ao juízo por meio da petição ID 778789986. A partir do 3º repasse, sugere-se que as parcelas peticionadas ao juízo sejam baseadas no Termo de Parceria nº 51/2021, celebrado entre o IEF e a OSCIP vencedora - Instituto Ekos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente nota técnica objetivou apresentar o histórico do processo de celebração e execução do Termo de Parceria nº 51/2021, entre IEF e o Instituto Ekos Brasil, expor as razões que ensejaram a necessidade de alteração do cronograma do termo de parceria e apresentar os resultados das avaliações realizadas pela Comissão de Avaliação do TP no período.

Diante do exposto, verifica-se que todas as ações necessárias para o início do Termo de Parceria foram realizadas, encontrando-se em plena execução e os gerando os documentos que subsidiam seu acompanhamento, não só pelo IEF, CIF e judiciário, mas por toda a sociedade.

Régis André Nascimento Coelho

Supervisor do Termo de Parceria Nº 51/2021

Nilcemar Oliveira Bejar

Supervisora Adjunta do Termo de Parceria Nº 51/2021



Documento assinado eletronicamente por **Nilcemar Oliveira Bejar, Servidora**, em 16/08/2022, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Régis André Nascimento Coelho, Supervisor(a)**, em 17/08/2022, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51489211** e o código CRC **24F4FB21**.